

A China e o Brasil: Parceiros Estratégicos na Energia

Carla Fernandes

Doutorada em Relações Internacionais pela FSCH-UNL (especialização Estudos de Área) e Mestre em Estudos Chineses pela Universidade de Aveiro. Possui o Curso de Defesa Nacional (2009-2010) e o Curso de Gestão Civil de Crises (2010-2011) do IDN.

É investigadora do IPRI-UNL e conferencista no Departamento de Estudos Políticos da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, onde leciona o Seminário Estudos Asiáticos.

Resumo

O presente artigo visa aferir a cooperação da República Popular da China com a República Federativa do Brasil no setor energético, com especial enfoque no sector dos hidrocarbonetos. A cooperação neste setor, que tem vindo a ser reforçada gradualmente por acordos governamentais e empresariais firmados durante as visitas bilaterais de alto nível, envolve o maior consumidor mundial de energia e um país que beneficia de um grande potencial energético mas que necessita de avultados investimentos financeiros e de apoio tecnológico para o seu desenvolvimento.

Abstract

China and Brazil: Energy Strategic Partners

This article intends to assess the cooperation of the People's Republic of China and the Federative Republic of Brazil in the energy sector, with special focus on the hydrocarbon sector. Cooperation in this sector, which has been gradually reinforced by government and business agreements signed during the bilateral high-level visits, involves the world's largest consumer of energy and a country that enjoys a large energy potential but needs considerable financial investments and technological support for its development.

“Assim como não poderá haver o século do Pacífico sem a China,
não poderá haver o século da América Latina sem o Brasil”
Deng Xiaoping (1988)

Introdução

Parceria (*huoban guanxi*) é um novo conceito na diplomacia chinesa na era pós-Guerra Fria. Na ótica de Su Hao (2009: 35) a parceria refere-se à “inter-relação de parceiros¹, e nas relações internacionais, “à coordenação e cooperação em relações estabelecidas com busca do interesse comum entre nações”. A República Popular da China (RPC), desde meados da década de 1990, tem estabelecido diferentes tipos de parcerias com os países vizinhos, os países desenvolvidos e em desenvolvimento e com organizações regionais dos quatro cantos do mundo. Estas têm permitido a Pequim estabilizar e moldar o ambiente da segurança regional, reduzir os constrangimentos externos, expandir a sua reputação internacional como poder responsável (*fuzeren de daguo*), assim como aceder a novas oportunidades económicas e comerciais, designadamente ter acesso preferencial a mercados, a recursos naturais e energéticos.

Na estrutura das parcerias construída pela diplomacia chinesa², a parceria estratégica (*zhanlue huoban guanxi*) corresponde ao nível mais elevado e tem um significado diferente da conotação ocidental. Com efeito, o termo estratégico (*zhanlue*) não engloba as alianças que envolvam cooperação de segurança e militar³. Evan Medeiros (2009: 82) sustenta que uma parceria é estratégica quando estão reunidas duas condições: em primeiro lugar, o facto de ser abrangente, ao incluir todos os aspetos das relações bilaterais como o económico, científico, cultural, político e de

1 De acordo com Suisheng Zhao (2004: 180), na cultura tradicional chinesa, o termo Parceiro deriva de um sistema militar antigo, o *huobanship*, no qual dez homens formavam um *huo*. Aqueles que faziam parte do mesmo *huo* eram, assim, considerados parceiros. Atualmente, significa o que pertencem à mesma organização ou estão envolvidos na mesma actividade.

2 Segundo Su Hao (2009: 39-40), a estrutura das parcerias pode ser dividida em quatro níveis, pela ordem decrescente de importância: (1) parceria estratégica; (2) parceria construtiva; (3) parceria de cooperação e amizade e (4) relações de cooperação amistosa. Para uma análise sobre Parcerias Estratégicas veja-se Josephy, S. Cheng and Zhang Wankun (2002). “Patterns and Dynamics of China’s International Strategic Behavior”. *Journal of Contemporary China*, vol.11, n.º 31, pp. 235-26.

3 Para Bergsten *et al.* (2008: 217) o estabelecimento de parcerias estratégicas obedece a dois objectivos: o primeiro é evidenciar a importância relativa dessas relações bilaterais e multilaterais para os interesses globais da China e o segundo é promover o Novo Conceito de Segurança (*xin anquan guandian*) formulado por Pequim em 1997, em que o conceito de parceria estratégica aparece como uma alternativa ao conceito de alianças.

segurança, e, em segundo lugar, quando ambos os países concordam numa relação de compromisso de longo-prazo.

O Brasil foi o primeiro país em desenvolvimento com o qual a RPC estabeleceu uma “parceria estratégica de longo prazo” e de “benefício mútuo” (*shuangying*) (Ministério dos Negócios Estrangeiros da República Popular da China, 2010). O estabelecimento desta parceria inaugurou o sistema de parcerias chinesas e marcou o reconhecimento que a relação deveria ser aprofundada e fortificada a todos os níveis. Neste artigo procurar-se-á examinar a parceria estratégica sino-brasileira no setor energético. Serão abordadas os aspetos mais relevantes da construção e caracterização da parceria neste setor, a sua concretização em termos de acordos comerciais e projetos de desenvolvimento estabelecidos entre estes dois países, especialmente os que possibilitaram o reforço da cooperação e a participação das companhias chinesas no setor energético brasileiro. Por último, antes de antecedermos as considerações finais, avaliaremos a ligação do petróleo à evolução do comércio bilateral.

Energia e Parceria

Foi na “busca do interesse comum” entre “o maior país em desenvolvimento do hemisfério oriental e o maior país em desenvolvimento no hemisfério ocidental”⁴ que a RPC estabeleceu com o Brasil uma “relação de compromisso de longo-prazo”⁵. Em novembro de 1993, durante a visita ao Brasil, o Presidente Jiang Zemin⁶ conferiu o carácter estratégico à relação, integrando, pela primeira vez, um país em desenvolvimento no grupo de países identificados como parceiros estratégicos.

Já nessa década, a energia era de “interesse comum” para ambos os países, com a China como fonte de aprovisionamento de petróleo para o Brasil e a companhia Petróleo Brasileiro S.A. (Petrobras) a participar em campanhas exploratórias no *offshore* e *onshore* chines. Presentemente, a energia continua a ser um elemento fundamental de cooperação entre o maior consumidor mundial de energia e um país

4 Zhu Rongji (1993) citado por Fujita (2003: 64).

5 A expressão “parceria estratégica” foi utilizada pela primeira vez, em maio de 1993, pelo primeiro-ministro Zhu Rongji, para caracterizar a relação sinérgica entre o Brasil e China.

6 Jiang Zemin identificou quatro princípios para orientar e ampliar a cooperação bilateral e dar sentido ao carácter estratégico à parceria: (1) aprofundar as relações comerciais para promover a prosperidade mútua; (2) ampliar a comunicação interpessoal e desenvolver a cooperação em diversos campos; (3) efetuar consultas bilaterais nos organismos multilaterais e nos assuntos da agenda internacional para fortalecer a coordenação e o apoio mútuo, para salvaguardar os interesses dos países em desenvolvimento e para contribuir ao estabelecimento de uma nova ordem política mundial; (4) estender os contactos diretos e o diálogo entre os dirigentes para efetivar o mecanismo de consulta e a cooperação, para aprofundar o entendimento e a confiança mútua e construir uma relação bilateral estável e mutuamente benéfica (Ministério dos Negócios Estrangeiros da República Popular da China, 2010).

com um enorme e diversificado potencial energético, tanto em termos de recursos fósseis – carvão, petróleo e gás –, como em energias renováveis – especialmente na hidroelétrica e nos biocombustíveis.

Apesar de ser um país com vastos recursos energéticos⁷, a RPC depende externamente de grande parte da energia que consome. Em 2010, no mesmo ano em que desalojou o Japão do seu lugar de sub-liderança da economia mundial que ocupava há 45 anos, pôs fim ao domínio que os EUA vinham a exercer há mais de 100 anos neste setor e elevou-se a maior consumidor mundial de energia. Pese embora o facto do seu *mix* energético ser dominado pelo consumo de carvão (69%)⁸, o petróleo continua a ser a maior fonte de vulnerabilidade energética para o gigante asiático e o recurso estratégico que mais preocupação traz à liderança chinesa⁹.

A China foi um país exportador líquido de petróleo até 1993. Atualmente, apesar de ser o quinto maior produtor mundial, é também o segundo maior consumidor e importador mundial deste recurso. A adoção da estratégia “estabilizar o oriente, explorar o ocidente e desenvolver o *offshore*” (*wenzhu dongbu, kaifa xibu, fazhan haishang*)¹⁰, em finais da década de 90, e a recuperação terciária dos campos de petróleo mais antigos, como o de Changqing e o de Daqing, está a permitir ampliar a sua produção. No entanto, os níveis atingidos são insuficientes para assegurar o consumo interno, e cerca de 55% do petróleo consumido provem do exterior (Xie e Economides, 2010)¹¹. De acordo com os cenários mundiais futuros projetados pela

7 Em 2012, a RPC detinha 17,3 mil milhões de toneladas de barris de reservas provadas de petróleo com um R/P de 11,4 anos, as segundas maiores reservas de petróleo e de gás da Ásia-Pacífico (BP, 2013: 6). Possuía também as terceiras maiores reservas de carvão do mundo. Além dos seus recursos naturais, a RPC possui recursos não convencionais, especialmente de *shale gas* e de *coal bed methane*, chegando a deter as maiores reservas mundiais de *shale gas*, tecnicamente recuperáveis de cerca de 36 triliões de metros cúbicos, apenas seguidas pelas dos EUA, com cerca de 23 triliões de metros cúbicos (China Securities, 2011).

8 O petróleo corresponde a 18% no total da energia consumida em 2011. Embora estejam a ser encetados esforços para diversificar o consumo, a energia hidroelétrica (6%), o gás natural (4%), a energia nuclear (1%) e outras renováveis (1%) ocupam uma pequena parcela no *mix* energético chinês (EIA, 2014)

9 A preocupação com a energia é validada, desde que ultrapassou o Japão e passou a segundo maior consumidor mundial de petróleo, pela publicação dos Livros Brancos sobre energia: *China's Policy on Mineral Resources* (2003), *China's Energy Conditions and Policies* (2007) e *China's Energy Policy* (2012) (Chinese Government, 2013).

10 Esta estratégia gerou uma mudança na localização geográfica das principais áreas de produção de petróleo na China, apostando-se nas áreas centrais e ocidentais do território, nomeadamente em Xinjiang, Sichuan, Gansu, Mongólia Interior e no desenvolvimento do *offshore* chinês. O desenvolvimento e o reforço da exploração *offshore* estão a ser centrados na Baía de Bohai e no sul do Mar da China e, em menor escala, no Mar da China meridional

11 Cerca de 19% da produção total de petróleo é proveniente das reservas *offshore*, que têm contribuído para o incremento da produção de petróleo chinês. De acordo com a BP, a produção

Agência Internacional de Energia (EIA, 2012), para 2035, a RPC poderá vir a importar, nessa altura, 12 milhões de barris por dia (b/d), aumentando a dependência externa para 75%, o que representará o maior incremento na demanda de petróleo mundial, suplantando os EUA como maior consumidor de petróleo.

Ao contrário da RPC, o Brasil tem uma dependência externa energética de 5%. Conquistou autossuficiência sustentável na produção de petróleo em 2006, quando conseguiu obter uma produção média diária de 1,8 milhões b/d e passou a exportar mais petróleo do que a importar derivados¹² (Petrobras, 2012). Para além de dispor de uma enorme capacidade de produção de energia nas fontes renováveis, conseguindo que mais de 47% da sua matriz energética seja assente neste setor (Ministério de Minas e Energia do Brasil, 2011), tem, desde então, ampliado as suas reservas de petróleo¹³. O Brasil tornou-se num dos principais produtores de petróleo na América Latina, apenas suplantado pelo México e a Venezuela, alcançando o 13.º lugar a nível mundial. O seu pré-sal localizado na “Amazónia Azul”¹⁴ é vastíssimo, com reservas estimadas pelo governo brasileiro entre 70 a 100 biliões barris de petróleo equivalentes (Portal Brasil do Governo Brasileiro, 2010). Ainda que somente uma fração dessas estimativas seja atualmente considerada comprovada, é perentório afirmar que o Brasil pode transformar-se num dos maiores produtores mundiais de petróleo. Nos últimos cinco anos, cerca de um terço das descobertas em águas profundas a nível mundial foram materializa-

umentou de 3.805 milhões b/d em 2009, 4.077 milhões b/d em 2010, para 4.074 milhões b/d em 2011 e 4.155 milhões b/d em 2012. Paralelamente, o consumo também aumentou nos mesmos anos, respetivamente, 8.221 milhões b/d, 9.272 milhões b/d, 9.750 milhões b/d e 10.221 milhões b/d (BP, 2013: 8-9).

- 12 O Brasil ainda não é autossuficiente em derivados, tendo a sua demanda neste setor crescido 4,9%, contra um crescimento de 3,4% na produção de petróleo, entre 2007 e 2012. O país irá continuar a importar derivados até que entrem em operação as novas refinarias previstas no Plano de Negócios e Gestão 2012-16 da Petrobras. A este propósito, a Petrobras ressalta que, a partir de 2014, a produção de petróleo brasileiro pode atingir a auto-suficiência volumétrica, ou seja, com volumes iguais de petróleo produzido e os derivados consumidos. A produção da companhia terá um crescimento contínuo, atingindo os 2,5 milhões de b/d, em 2016, e 4,2 milhões de b/d, em 2020. Nessa altura, a produção de petróleo ultrapassará a produção de derivados, o que permitirá ao Brasil ser também autossuficiente em derivados (Petrobras, 2013).
- 13 De acordo com a Agência Nacional de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis do Brasil (ANP), o Brasil possuía, no final de 2011, 15.050 biliões de barris de reservas provadas de petróleo com um R/P de 18,5 anos, as décimas quartas maiores do mundo e as segundas maiores na América do Sul, depois da Venezuela. A maioria destas reservas está concentrada no *offshore* brasileiro (93,9%), principalmente no Estado de Rio de Janeiro (85,9%) com as restantes distribuídas por Espírito Santo (8,9%), São Paulo (2,5%) e outras áreas (7,9%) (ANP, 2012: 73).
- 14 O pré-sal está na zona económica exclusiva do Brasil, numa área de 180 km a partir do litoral, a uma profundidade entre 5 a 7 mil metros abaixo do nível do mar e estende-se desde o norte do Estado do Espírito Santo até Santa Catarina.

das no mar do brasileiro. Segundo o presidente da Petrobras, José Sérgio Gabrielli de Azevedo “estudos recentes mostram que a projeção para os próximos dez anos é de que os barris novos que entrarão na oferta mundial de petróleo virão, principalmente, das águas profundas. E, fora da OPEP, os principais contribuintes da adição de novos barris fora das reservas já existentes, são os campos no Brasil” (Oil & Gas Journal Latinoamericana, 2011: 41). Estas novas descobertas, que representam uma capacidade de produção diária de 6 milhões de b/d em 2020 (Ministério de Minas e Energia do Brasil, 2011: 36), poderão levar o Brasil a ser considerado, no futuro, o sexto maior produtor mundial de petróleo, apenas seguido pela Arábia Saudita, os EUA, a Rússia, o Iraque e o Canadá. Ademais, o campo do seu subsal contém um petróleo diferente do que era anteriormente produzido, mais leve, com menor teor de enxofre, mais fácil de ser processado e de ser aplicado às refinarias chinesas.

Porém, explorar o petróleo na camada pré-sal exige enormes desafios que englobam grandes investimentos financeiros e em tecnologia, nomeadamente em equipamentos de exploração que suportem elevadas pressões, oleodutos que sustentem altas temperaturas, novas plataformas de produção, embarcações de apoio e sondas de perfuração. A elevada distância entre a costa e os poços de perfuração dessa camada constitui outro desafio que acarreta a necessidade de transportar pessoas, materiais e equipamentos com distâncias superiores a 300 km, tal como ocorre já no campo Tupi. Existe também o desafio ambiental visto que, em alguns reservatórios, o alto teor de dióxido de carbono extraído juntamente com o petróleo é superior a 20%. Para que o CO₂ não se escape para o meio ambiente, qualquer exploração tem de ser pensada de modo a não contribuir para o aumento do efeito estufa e do aquecimento global.

Em termos energéticos, o Brasil é um parceiro estratégico para a China, através dos recursos fósseis para responder à sua contínua demanda energética, sendo também um mercado estável e atrativo para os investimentos das companhias chinesas pelos seus recursos naturais e energéticos. Para além destes aspetos, ao longo das últimas décadas, a Petrobras tem desenvolvido capacidades de tecnologia de ponta na área de exploração e produção (E&P) em águas profundas, uma área em que as companhias de petróleo nacionais (NOC, sigla em inglês) chinesas desejam especializar-se. Paralelamente, para Brasília, Pequim representa um parceiro estratégico faminto de petróleo com meios financeiros para contribuir para o desenvolvimento dos seus recursos energéticos. Por outro lado, o Brasil possui um potencial de mercado significativo em termos de energia eólica, embora sem tecnologia e experiência necessária para a sua implantação. A China ao desenvolver as suas próprias capacidades de tecnologia, está a emergir como um fornecedor independente de turbinas eólicas, o que a torna um fornecedor de componentes e um potencial e atraente investidor para os parques eólicos brasileiros.

O Brasil e a China têm progressivamente intensificado o diálogo e a cooperação. Em maio de 2004, durante a visita do Presidente Lula da Silva à China, foi criada a Comissão Sino-Brasileira de Alto Nível de Concertação e Cooperação (COSBAN), o principal mecanismo permanente que orienta e coordena o desenvolvimento do relacionamento entre os dois países¹⁵. Com três reuniões realizadas até ao momento¹⁶, esta comissão tem contribuído para promover uma cooperação abrangente e profunda de longo prazo.

Em Abril de 2010, durante a segunda visita oficial do Presidente Hu Jintao ao Brasil, inserida no quadro da II Reunião dos BRIC, e após mais de um ano de negociações, os dois parceiros estratégicos assinaram o Plano de Ação Conjunta 2010-2014, procurando fortalecer a parceria estratégica, em áreas relevantes de cooperação económica e comercial. No setor energético, foi reforçada a cooperação no desenvolvimento de novas fontes de energia, em particular nas fontes renováveis, na energia nuclear e no setor petrolífero (Ministério das Relações Exteriores do Brasil, 2010). Durante a visita do primeiro-ministro Wen Jiabao ao Brasil, em junho de 2012¹⁷, os dois governos decidiram elevar a relação sino-brasileira ao patamar de “Parceria Estratégica Global” (Ministry of Foreign Affairs of the People’s Republic of China, 2012), uma posição que reconhece a cooperação cada vez mais abrangente entre os dois países e que Pequim também concedeu, em 2011, a outro país produtor e cada vez mais importante para a segurança de fornecimento energético chinês: a Rússia.

A Participação Chinesa no Setor Energético do Brasil

A energia é um elemento que já faz parte da relação sino-brasileira desde o restabelecimento das relações em 1974¹⁸. Desde então, várias missões bilaterais procuraram

15 Criado com a assinatura do Memorando de Entendimento entre a República Federativa do Brasil e a RPC sobre o Estabelecimento da Comissão Sino-brasileira de Alto Nível de Concertação e Cooperação (Ministério das Relações Exteriores do Brasil, 2004). As reuniões da Comissão de Alto Nível realizam-se, em alternância, no Brasil e na China. Integram na estrutura onze subcomissões, responsáveis pelos campos político, económico-comercial, económico-financeiro, de inspeção e quarentena, agricultura, energia e mineração, ciência, tecnologia e inovação, setores espacial industrial, tecnologia da informação, cultural, e educacional.

16 A primeira reunião foi realizada, em 24 de março de 2006, em Xangai, a segunda, a 13 de fevereiro de 2012 e, a última, em 6 de Novembro de 2013, em Cantão.

17 A fim de promover a do Plano de Ação Conjunta 2010-2014, os dois países decidiram organizar o Plano Decenal de Cooperação de 2012-2021, que veio a ser assinado pela presidente Dilma Rousseff e pelo primeiro-ministro chinês, Wen Jiabao, durante a Conferência Rio+20.

18 O reingresso da China na ONU em 1971 e a aproximação dos Estados Unidos, marcada pela visita do presidente Richard Nixon à República Popular da China no ano seguinte, vieram a contribuir para a legitimação de Pequim no contexto internacional e para o reconhecimento pelo Brasil do governo de Pequim em detrimento de Taipé. Esta conjuntura, reforçada por interesses individuais da RPC e do Brasil, conduziu a um processo de normalização das rela-

ampliar e aprofundar as ligações comerciais entre os dois países, nomeadamente no setor energético. Um ano após ter sido assinado o Acordo Comercial, a 22 de Maio de 1979, o vice-ministro do conselho de Estado chinês Kang Shien, acompanhado pelo ministro da indústria petrolífera Song Zhenming e o vice-ministro da indústria elétrica Li Rui, visitaram o Brasil, tendo sido assinado o Acordo de Transporte Marítimo (Ministério das Relações Exteriores do Brasil, 1979). Nesse ano, foram enviadas missões comerciais do governo brasileiro a Pequim, com destaque para a missão liderada pelo ministro das minas e energia e pelo chefe de promoção comercial do Itamaraty, e missões das companhias brasileiras, como as da Petrobras, Interbras e Companhia Vale do Rio Doce.

Para fazer face ao aumento da procura de petróleo no Brasil, a Petrobras, instalou-se, desde o início da década de 80 em diferentes países, tendo investido em projetos *dowstream* e *upstream*, na tentativa de aceder a novos contratos de aprovisionamento. Na China, participou através da companhia Petrobras Internacional S.A (BRASPETRO), nas campanhas exploratórias do *offshore* e *onshore* chinês aquando a sua abertura ao investimento estrangeiro. Neste contexto, merece destaque a sua colaboração em projetos de estudo para avaliar o potencial petrolífero de Xinjiang, uma província que tem sido alvo de particular atenção pelas reservas de petróleo e de gás natural, mas cujo valor atual também recai na sua capacidade de produção de energias renováveis¹⁹ e por ser um futuro *hub* energético dos novos gasodutos e oleodutos oriundos dos países vizinhos da RPC.

A partir da assinatura do acordo comercial, o petróleo passou a dominar as importações brasileiras representando mais de 95% dos produtos importados da China. Durante o segundo choque petrolífero, iniciado com a paralisação da produção iraniana consequente da revolução islâmica liderada pelo Aiatola Khomeini, o Brasil reforçou a compra deste recurso, aumentando as importações de 51.170 toneladas em 1978 para 692.946 toneladas em 1979 (Simas, 2011: 3; Becard, 2011: 33;

ções diplomáticas entre os dois países, iniciada com a visita de uma missão chinesa ao Brasil encabeçada pelo vice-ministro do comércio exterior Chen Jie e pelo vice-diretor geral do departamento das Américas e Oceânia Chen Dehe, a 7 Agosto de 1974. Oito dias depois, a 15 de Agosto de 1974, foi assinado o comunicado conjunto que consolidou o restabelecimento das relações diplomáticas entre o Brasil e a RPC, com ambos os países a declararem como alicerces da amizade a necessidade de respeito mútuo, a soberania e não ingerência nos assuntos internos. O governo brasileiro de Ernesto Geisel (1974-1979) reconheceu a RPC como a único e legítimo representante do povo chinês e concordou em fundamentar a relação entre os dois países nos cinco princípios de coexistência pacífica (*heping gongchu wuxiang yuanze*).

19 Em 2013, a energia renovável foi responsável por 30% no total de produção de energia nesta província, tendo a capacidade instalada de energia eólica, hídrica e estações de energia solar ultrapassado os 1.368 milhões de quilowatts. É atualmente a maior base de energia eólica da China (Xinhua, 2014).

Becard, 2008: 78). Em 1980, a Petrobras assinou um contrato de fornecimento de mais de um milhão de toneladas de petróleo com a Sinochem. Este acordo, segundo Danielly Becard (2008: 78), constituiu uma surpresa para o representante da Petrobras nas negociações, Armando Guedes Coelho, já que perante a quebra de produção, a RPC tinha declinado a venda de petróleo a outros países. Pese embora o facto deste contrato de fornecimento representar o interesse de Pequim em ampliar a relação comercial com o Brasil, sobretudo no setor energético, e apesar dos esforços de ambas as partes²⁰, não se verificaram grandes alterações na cooperação energética até 2000.

Desde a presidência de Lula da Silva (2003-2010) e de Hu Jintao (2003-2013) assistiu-se a um robustecimento da cooperação, caracterizado por um gradual aumento do número de visitas bilaterais e de acordos assinados pelos dois governos e respetivas empresas petrolíferas e pela maior participação das companhias chinesas no setor energético brasileiro. Este reforço tem de ser entendido com um esforço mútuo em que ambas as partes possuíam interesses diferentes mas complementares.

De Pequim, emanou da necessidade de diversificar os mercados de escoamento das suas matérias-primas e de encontrar outras fontes de aprovisionamento para além do instável e volúvel Médio Oriente. Em 2001, foi adotado o *Going Out* (*Zou chu qu*)²¹, uma estratégia que a par da diplomacia energética chinesa (*Nenggyuan waijiao*) incentiva diplomática e financeiramente as companhias a adquirirem participações de exploração no estrangeiro em setores prioritários definidos pelo governo

20 Em 1985, durante a sua visita ao Brasil, uma delegação chefiada pelo vice-ministro de geologia e recursos minerais da China e composta por técnicos da COPECO-China Offshore Platform Engineering Corporation, assinou um acordo entre a China e o Brasil sobre cooperação técnica no desenvolvimento do *offshore* chinês, com duração de 4 anos.

21 A Estratégia *Going Out* foi apresentada no 10.º Plano Quinquenal (2001-2005), secção IV, capítulo XVII, Implementação da Estratégia *Going Out*: “Estimular os investimentos externos que refletem as vantagens competitivas da China e expandir as áreas, canais e métodos de cooperação económica e tecnológica internacional. Continuar a desenvolver projetos de contratação externa e cooperação de trabalho, incentivar as empresas com vantagens competitivas para desenvolver o comércio no exterior, promover a exportação de produtos, serviços e tecnologias. Apoiar a exploração no exterior de recursos para a escassez na China através da cooperação, promover o ajuste da estrutura industrial nacional e troca de recursos. Incentivar as empresas a utilizar os recursos intelectuais humanos no exterior, bem como, a criação de institutos de pesquisa e desenvolvimento de centros no exterior. Apoiar as empresas capazes de operar no exterior a crescer globalmente. Melhorar o sistema de serviços para os investimentos externos, criar condições para a implementação da estratégia “*Going Out*” em áreas como finanças, seguros, câmbio, tributação, recursos humanos, lei, o serviço de informação e administração” (National People’s Congress of China, 2011).

chinês, sobretudo a nível de recursos naturais e energéticos²². De Brasília, desde 2003, à uma aproximação aos países em desenvolvimento, incluindo as denominadas economias emergentes como a Índia, a Rússia e a China, pois representavam mercados com alta capacidade de absorção dos seus produtos e com grandes capacidades de oferecer investimentos que o Brasil necessitava.

Foram esses objetivos que estiveram subjacentes à visita do presidente Lula da Silva à China, em Maio de 2004. Durante a sua estadia, a Petrobras abriu um escritório em Pequim para apoiar as vendas para o gigante asiático, especialmente do petróleo pesado extraído da Bacia de Campos, e operacionalizar os acordos com as NOC chinesas que poderiam possibilitar o acesso a novos mercados para a empresa, especialmente na Ásia (BBC Brasil, 2004). Destaca-se entre os vários acordos assinados, o primeiro Memorando de Cooperação Estratégica entre a Petrobras e a Sinopec Limited²³, que contemplava o estudo e desenvolvimento de oportunidades de negócios em diversas áreas, desde E&P em águas profundas, à construção de infraestruturas de petróleo e gás, bem como, a refinação e a petroquímica.

No final desse ano, o presidente Hu Jintao acompanhado por uma comitiva de 150 empresários, visitou o país sul-americano para promover o desenvolvimento da relação bilateral e aprofundar a cooperação entre os dois países. Esta visita é marcada pela concessão do Estatuto de Economia de Mercado à China, pelo qual o Brasil pretendia receber em troca o apoio chinês à candidatura brasileira a Membro Permanente do Conselho de Segurança da Nações Unidas²⁴. Na área de energia, a Petrobras e o Banco Nacional de Desenvolvimento Económico e Social (BNDES) assinaram, com a Sinopec e o Eximbank da China, o “Acordo de Parceria do Projeto

22 Em 2004, a Comissão para a Reforma e Desenvolvimento Nacional e o Ministério de Comércio Exterior e Cooperação Económica (MOFTEC), precursor do atual Ministério do Comércio da RPC (MOFCOM) publicaram o *Catalog on Countries and Industries for Overseas Investment*, uma lista *online* onde eram destacados os países com recursos a serem preferidos para aquisição ou investimentos das empresas chinesas. O MOFCOM e CRDN publicaram, posteriormente, versões deste catálogo em 2005, 2007 e em 2011. Esta última versão, de 2011, proporciona informações sobre 115 países, identificando os setores onde os investimentos são incentivados, reservados e proibidos em cada um dos países avaliados, os objetivos de desenvolvimento do setor industrial, as principais áreas de desenvolvimento e os setores industriais relacionados (MOFCOM, 2011).

23 É, em 2013, a quarta maior empresa do mundo no *ranking* da *Fortune Global 500*.

24 Em 12 de Novembro de 2004, o ministro brasileiro Celso Amorim e o ministro do comércio da China, Bo Xilai assinaram, no Brasil, o “Memorando de Entendimento sobre Comércio e Cooperação de Investimento entre a República Popular da China e a República Federativa do Brasil”, em nome de seus respetivos governos. No memorando, o governo do Brasil reconheceu oficialmente o estatuto economia de mercado à China (Ministry of Foreign Affairs, the People’s Republic of China, 2004).

de Gasoduto GASENE”²⁵, um dos mais importantes projetos integrados do Programa de Aceleração do Crescimento brasileiro.

Em Fevereiro de 2009, durante a visita do vice-presidente chinês Xi Jinping ao parceiro estratégico lusófono, foram assinados vários acordos com o desígnio de reforçar a relação nas áreas de energia e mineração, destacando-se o Protocolo de Cooperação em Energia e Mineração nas áreas de mineração e processamento de minerais, energia elétrica e renováveis, gás natural e petróleo. Este acordo patenteou o interesse chinês pelo mercado brasileiro em matéria de biocombustíveis, reforçou a cooperação e a troca de experiências na produção e no uso de etanol combustível para a criação conjunta de um mercado internacional para o etanol. Intensificou, igualmente, a cooperação no processamento conjunto de minerais como ferro, alumínio, cobre e carvão, refinação de petróleo pesado e desenvolvimento de petróleo, gás natural e outros recursos naturais em países terceiros (Agência Brasil, 2009). Em termos de contratos entre empresas, distingue-se o de compra e venda de petróleo entre a Petrobras e a Sinopec para exportação de 60 a 100 milhões b/d de petróleo, e o Memorando de Entendimento entre a Petrobras e a China National Petroleum Corporation (CNPC) para a comercialização de 40 a 60 milhões b/d (Ministério das Relações Exteriores do Brasil, 2009)²⁶.

A “triangulação de esforços” diplomáticos, financeiros e comerciais tem vindo a possibilitar a integração das NOC chinesas no mercado energético brasileiro, particularmente da Sinopec e da Sinochem International Corp. (Zhonghua gongsi - Sinochem). A primeira estreou-se no sector energético brasileiro em 2006, em cooperação com a Petrobras na construção do GASENE, um ano após ter estabelecido no Brasil uma subsidiária, a Sinopec International Petroleum Serviço do Brasil LTDA (Sinopec Brasil).

Esta NOC chinesa, além de ter conseguido participar na construção de outros gasodutos, como a SAMARCO e a Cidade Rio Petrobras, fortaleceu gradualmente a

25 O GASENE (Gasoduto da Integração Sudeste Nordeste) possui uma capacidade de transporte de 20 milhões de metros cúbicos de gás por dia. Abastecido com o gás da Bacia de Santos, da Bacia de Campos, do Estado do Espírito Santo e da Bolívia, permite triplicar a quantidade de gás que chega ao Nordeste brasileiro. Com uma extensão de 1.277 km, é o maior gasoduto já construído no Brasil desde a inauguração do Gasoduto Bolívia-Brasil – com 3.150 km de extensão, sendo 2.593 deles em terras brasileiras. Atravessa três Estados, Rio de Janeiro, Espírito Santo e Bahia, 72 cidades e está dividido em três secções (sul para norte): o primeiro Cabiúnas-Vitória (303 km), o segundo Vitória-Cacimbas (127 km) e o terceiro Cacimbas-Catu (995 km). O projeto GASENE foi dividido em dois, o Trecho Sul (GASCAV) e o Trecho Norte (GASCAC).

26 Foram também ajustadas linhas de financiamento do *China Development Bank* (CDB) a dois bancos brasileiros, ao Itaú-BBA e ao Banco Nacional de Desenvolvimento Económico e Social (BNDES).

sua cooperação com a Petrobras. No entanto, a sua entrada no segmento de E&P de petróleo só ocorreu um ano após o apoio financeiro acordado entre as visitas de alto nível de ambos os países, do CDB à Petrobras, em 2009. Este apoio surgiu num momento em que a Petrobras, perante a quebra das suas ações no mercado, se encontrava com problemas financeiros, que desafiam os futuros planos de exploração e desenvolvimento (E&D) do petróleo na camada de pré-sal e veio a possibilitar que a Sinopec ingressasse como companhia investidora nos blocos PAMA-3 e PAMA-8²⁷, localizados em águas profundas da bacia do Pará-Maranhão da Petrobras, em 2010.

No final de 2011, a Sinopec já se encontrava a participar em várias atividades no Brasil, englobando a E&D de petróleo, serviços de petróleo, de construção e de engenharia petroquímica, assim como o comércio de petróleo bruto, a refinação de produtos, equipamento, materiais e produtos petroquímicos. Ademais, além de reforçar a cooperação com a Petrobras²⁸, envolveu-se em mais dois projetos de sucesso, um com a Repsol e outro com a Galp.

No primeiro, comprou 40% do grupo petrolífero espanhol, um dos maiores operadores independentes de *upstream* no Brasil. Esta aquisição permitiu-lhe uma participação indireta nos Campos Carioca e Guará e foi considerada a sua maior operação no Brasil e a segunda maior a nível mundial. A parceria entre as empresas espanhola e chinesa foi ampliada com a criação de uma *joint-venture* no Brasil, a Repsol Sinopec Brasil, em Dezembro de 2010, com 60% do capital social da companhia mantido pela Repsol e 40% pela Sinopec (Yi-Chong, 2006). Esta *joint-venture* está focada no *offshore* e possui direitos de exploração em três das principais bacias marítimas brasileiras: Santos, Campos e Espírito Santo, sobre 16 blocos, nos quais em seis é a empresa operadora, 14 estão em fase de exploração, um em produção desde 2006 (Albacora Leste), um em desenvolvimento (BM-S-7: Piracucá) sendo um projeto-piloto planificado (BM-S-9; Guará) (Repsol Sinopec Brasil, 2013).

No segundo projeto, a compra de 30% da subsidiária da Galp no Brasil, a Petrogal Brasil, em 2011, resultou no segundo maior investimento da Sinopec em território

27 A área da BM-PAMA-3 é de 1.667 km² e a fase de exploração é de oito anos, incluindo os levantamentos sísmicos 2D e a perfuração obrigatória de dois poços. Já a área de BM-PAMA-8, de aproximadamente 2.308 km², foi subdividida em três blocos: PAMA-M-135, PAMA-M-192 e PAMA-M-194 e estes correspondem a três modelos exploratórios cujos objectivos passavam por descobrir novas províncias petrolíferas e garantir a sustentabilidade da auto-suficiência do Brasil na produção de petróleo. A fase de exploração também era de oito anos (Sinopec do Brasil Ltda, 2008).

28 Sinopec e a Petrobras assinaram, a 19 de Maio de 2009, um Memorando de Entendimento para a cooperação em diversas áreas, nomeadamente na exploração, na refinação e no fornecimento de bens e serviços relacionados, tendo sido iniciado as conversações para a participação da Sinopec na exploração do petróleo da camada de pré-sal brasileiro.

brasileiro e ampliou a sua presença no pré-sal ao conseguir aceder a blocos *onshore* e *offshore* em sete bacias: Potiguar, Pernambuco, Espírito Santo, Campos, Santos, Sergipe-Alagoas e Amazonas (Rio Negócios - Agência de Promoção de Investimentos do Rio de Janeiro, 2011).

A Sinochem, a quarta maior empresa petrolífera chinesa, estreou-se no *upstream* brasileiro com a compra de uma participação 40% da companhia norueguesa Statoil no campo Peregrino, situado no litoral do Estado do Rio de Janeiro, em 2010²⁹. Em Janeiro de 2011, comprou 100% da Statoil Petróleo Brasil, formando a Sinochem Petróleo Brasil Limitada (Sinochem Brasil), que detém 40% no Bloco BM-C-7, onde está situado o poço Peregrino e 40% no BM-C-47 na bacia de Campos (Statoil, 2010). Em janeiro do ano seguinte, a Sinochem Brasil acordou com a empresa francesa Perenco a compra de uma participação de 10% em cinco blocos petrolíferos em águas profundas da Bacia do Espírito Santo. Em troca dessa participação, a Sinochem financiou o desenvolvimento dos poços exploratórios, reduzindo a participação da Perenco de 50% para 40%, mas permitindo que a empresa continue como operadora³⁰ (Macauhub, 2012).

Mais recentemente, em 2013, a participação no setor petrolífero brasileiro foi alargada à China National Petroleum Corporation (CNPC) e à China National Offshore Oil Corporation (CNOOC). Com efeito, conseguiram, no leilão do pré-sal brasileiro, num consórcio liderado pela Petrobras com a anglo-holandesa Shell e a francesa Total, a exploração do campo de Libra³¹. Segundo a Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (Governo Federal do Brasil, 2013) caso sejam confirmadas as reservas, avaliadas entre 8 a 12 bilhões de barris, estas NOC chinesas, embora com uma participação minoritária de 10%, conseguiram aceder à exploração por 35 anos do maior campo de petróleo do Brasil, cujo pico da produção deverá garantir dois milhões de barris por dia, ou seja, cerca de dois terços da atual produção total do país (tabela 1).

29 Este campo *offshore* de petróleo, de aproximadamente 100 metros de profundidade, está localizado a 85 quilómetros da costa na Bacia de Campos, nas licenças BM-C-7 e BM-C-47 e contém reservas recuperáveis no valor de 300 a 600 milhões de barris de petróleo pesado (Statoil, 2012). Estão planeados um total de 37 poços, estando já três em operação e um quarto a ser furado. Foi colocado em operação a 8 de Abril 2011 e tem conseguido obter uma produção de 32.000 b/d. Estima-se que atinja 119.000 b/d em 2016 (Sinochem Group, 2011).

30 A operação também permitiu que a Perenco continuasse com o seu programa de exploração no Brasil, depois da empresa ter sido forçada a cancelar os planos anteriores para uma oferta pública inicial de ações na Bolsa de São Paulo. A restante participação (50%) nos blocos pertence à OGX Petróleo e Gás, uma subsidiária do grupo brasileiro EBX.

31 Este campo fica situado na bacia de Santos a 183 km da costa do Rio de Janeiro.

Tabela 1 - Participação das Empresas Chinesas no Setor Petrolífero Brasileiro

Empresa /Ano	Poço/Campo	Características	%	Parceiros (%)
Sinopec/ 2010	Blocos PAMA-3 e PAMA-8 na Bacia do Pará-Maranhão	Contrato de exploração e produção	20	Petrobras (80%)
Sinopec /2010 Criação da Repsol Sinopec Brasil	Bacias de Santos, Campos e Espírito Santo, sobre 16 blocos	Compra por 7,1 bilhões USD de 40% da Repsol	40	Repsol (60%)
Sinopec/2011 Formação da Petrogal Brasil, em 2012	Bacias de Potiguar, Pernambuco-Paraíba, Espírito Santo, Campos, Santos e Sergipe, Amazonas	Acordo no valor de 4,8 bilhões USD de aquisição de 30% ativos da Galp no Brasil	30	Galp 70%
Sinochem/ 2010	Campo Peregrino, na Bacia de Santos	Compra por 3,07 milhões USD uma participação 40% da Statoil	40	Statoil (60%, OP)
Sinochem Petróleo Brasil Limitada/2011	Bloco BM-C-7 (onde está situado o poço Peregrino e 40% no BM-C-47)	Sinochem comprou 100% da Statoil Petróleo Brasil Limitada	40	----
Sinochem Brasil/2012	5 blocos petrolíferos no <i>offshore</i> da Bacia do Espírito Santo	Acordo com a Perenco na compra de uma participação de 10%	10	Perenco (30%)
CNPC e CNOOC/2013	Campo de Libra na Bacia de Santos	Empresas do Consórcio vencedor no leilão no pré-sal brasileiro	10	Petrobras (40%), Shell e Total (20%)

Fonte: Sinochem; Sinopec; Sinopec Brasil, ONIP, Statoil, CNOOC, vários anos.

Pequim aproveitou a oportunidade (*wēiji*), surgida com o agravamento da crise económica internacional que afetou os países produtores, para reforçar as suas reservas energéticas, alargar as oportunidades de investimentos das suas companhias no exterior e conseguir contratos de fornecimento a longo prazo. Da mesma forma que apoiou a Rússia, com um pacote de “empréstimos-por-petróleo” do CDB 25 bilhões USD às empresas Rosneft e Transneft, em 2009, ofereceu uma linha de crédito

de 10 bilhões USD à Petrobras, em troca do incremento das exportações de petróleo para a China e dos investimentos das NOC chinesas no Brasil. Como resultado deste apoio, no ano seguinte, ocorreu uma elevação substancial dos investimentos chineses no Brasil, sob a forma de aquisições de participações em setores ligados à sua estratégia de segurança de fornecimento de matérias-primas, tais como petróleo, gás e mineração. Segundo a Rede Nacional de Informações sobre Investimentos (RENAI, 2012), entre 2003 e 2011, os investimentos chineses anunciados no modo *greenfield* ou Fusões & Aquisições (F&A)³², abarcaram 86 projetos no valor de 37,1 bilhões USD. Nesses, as duas principais áreas identificadas de maior interesse para a entrada das empresas chinesas foram os metais (56,5%), que incluíam as atividades de extração e de metalurgia e o setor de petróleo, gás e carvão (28%). Em terceiro lugar, aparecia a energia elétrica (5,1%), seguido pelos setores automóvel (4%) e logística de transportes (1,9%) (RENAI, 2012: 2).

Se analisarmos os investimentos chineses em 2010, podemos aferir que evidenciam a estratégia chinesa de garantir autofornecimento de matérias-primas e a inclusão deste país de língua portuguesa na sua base internacional de fornecimento de recursos naturais. Particularizando, nesse ano, os investimentos no modo *greenfield* ou F&A totalizaram 17,17 bilhões USD, em que 4,08 bilhões USD foram do tipo *greenfield* e 13,09 bilhões USD em operações de aquisição. Do valor total, 14,34 bilhões USD foram reservados a investimentos ligados a *commodities*, principalmente ao petróleo, gás e metais³³. Entre estes, o petróleo, com um investimento de 10,17 bilhões USD, foi o que recebeu o maior volume de investimentos chineses. A quase totalidade desse valor refere-se à compra por NOC chinesas de ativos para exploração do petróleo brasileiro, em que 7,1 bilhões USD foram referentes à compra pela Sinopec³⁴ de 40% da subsidiária brasileira da Repsol e de 40% do campo de Peregrino pertencente à Statoil pela Sinochem, no valor de 3,1 bilhões USD.

De outras operações de destaque no sector energético abaliza-se a compra pela terceira maior companhia chinesa, a State Grid Corporation of China (SGCC) (China.org.cn, 2010) de sete companhias de transmissão de energia, até então

32 *Greenfield* é a construção de instalações totalmente novas no país de destino por um investidor estrangeiro, que tem o controlo total da construção e operação dos ativos, enquanto as fusões ou aquisições significam a compra total ou parcial de empresas situadas no país por um investidor estrangeiro (CEBC, 2011: 23).

33 O restante montante destinou-se aos sectores de infraestrutura, tal como transmissão de energia elétrica e de produtos manufaturados, como automóveis, máquinas e equipamentos.

34 Em 2011, a Sinopec liderava o *ranking* na lista das empresas mais poderosas em fusões e aquisições no Brasil, com aquisições no valor de 4,8 bilhões USD, destacava-se pela compra de 30% dos ativos da Galp do Brasil.

controladas pela empresa espanhola Plena Transmissora, por 1,72 bilhões USD³⁵. Esta operação que marcou a primeiro grande investimento deste conglomerado em países não-asiáticos proporcionou potencial para a transferência de tecnologia chinesa para o setor energético brasileiro, particularmente para a modernização das redes elétricas. Presentemente, o Brasil é a maior operação internacional da empresa, que detém 12 concessões de transmissão e está presente, com participação de 51%, em outras quatro. De acordo com o presidente da State Grid Brazil Holding, Cai Hongxian, o Brasil é uma das principais áreas de concentração dos investimentos para os próximos anos, estando projetado investir, até 2015, 5 bilhões USD no setor elétrico, especialmente na geração, transmissão e distribuição de energia (State Grid, 2012).

A China e o Brasil também têm expandido a cooperação em setores nos quais ambos estão a apostar, tal como o das energias renováveis. Em Janeiro de 2009, o Centro de Pesquisa de Engenharia da América Latina e a Universidade de Tsinghua, a principal universidade chinesa na área de engenharia, criaram, em Pequim, o Centro China-Brasil de Mudança Climática e Tecnologias Inovadoras para Energia. Esta parceria tecnológica e académica foi estabelecida para a realização de estudos energéticos e ambientais e desenvolvimento de projetos em áreas de interesse estratégico para ambos os países, tal como os biocombustíveis, a captura e armazenamento de carbono e tecnologias em águas profundas.

Os biocombustíveis que englobam o biodiesel e o etanol, são importantes para reduzir a dependência chinesa das fontes fósseis de energia e apoiar a redução das emissões de gases de efeito estufa para mitigar o aquecimento global. Pequim vislumbra, com muito interesse, o potencial do Brasil como produtor de etanol. O país lusófono, depois dos EUA, é o maior produtor e exportador mundial de etanol e a primeira economia a ter conseguido atingir um uso sustentável dos biocombustíveis. Do ponto de vista tecnológico, trata-se de um dos mais avançados na produção e no uso do etanol como combustível, e diferencia-se dos EUA pela utilização da cana-de-açúcar e não do milho no insumo agrícola.

O etanol brasileiro pode representar uma alternativa para a crescente procura de combustíveis pela China que é, desde 2009, o maior produtor e o maior mercado de automóveis do mundo. As empresas chinesas, tal como a companhia BBKA Bioquímica, da província de Anhui, têm apostado no Brasil para investirem na produção de etanol dedicado ao mercado chinês. Em Junho de 2007, esta empresa

35 SGCC é a maior empresa estatal concessionária de energia elétrica no mundo e a sétima maior empresa do mundo no *ranking* da *Fortune Global 500*, em 2013. Em Portugal, em 2012, associou-se estrategicamente à REN, empresa líder na rede de transmissão de eletricidade e gás natural em Portugal e influente em África e nos países de língua portuguesa e sul-americanos.

assinou com o grupo brasileiro Farias, do Estado de Pernambuco, um acordo para a construção de duas fábricas de etanol no Maranhão, no nordeste Brasileiro, cuja produção era totalmente voltada para a China. Com um investimento de 200 milhões USD, cada fábrica tem uma capacidade de processamento de 5 milhões de toneladas de cana-de-açúcar, um valor que as coloca entre as 10 maiores fábricas do Brasil (BBC Brasil, 2007). Tal como com o petróleo, a Petrobras está a apostar no mercado asiático e europeu para a venda da sua produção de etanol. Esse interesse é partilhado pelas empresas chinesas, como a PetroChina que, em Dezembro de 2011, acordou com a Petrobras a realização de um estudo de seis meses para avaliar a possibilidade da exportação do etanol do Brasil para a China, como medida de apoio ao cumprimento da meta chinesa de aumentar a utilização de etanol.

A nível da cooperação entre empresas no setor de energias renováveis, o grande realce vai para a China Three Gorges Corporation (CTG), que em setembro de 2011 assinou um Memorando de Cooperação com a brasileira Furnas, para projetos e oportunidades de negócio em energias renováveis nos dois países e outras partes do mundo³⁶. Em Portugal, em Dezembro desse ano, esta NOC chinesa adquiriu por 2,7 bilhões euros, 21,35% do capital da EDP Energias de Portugal³⁷ (EDP, 2011). Esta aquisição patenteou mais uma oportunidade para ampliar o processo de internacionalização das atividades das empresas chinesas, possibilitando à CTG aceder a *know-how* e ampliar as suas ações em projetos de energias renováveis em Portugal e no Brasil. A parceria estratégica assinada com a EDP permitiu-lhe através da EDP Energias do Brasil, diversificar as oportunidades de investimento e aceder e controlar investimentos na geração, comercialização e distribuição de energia elétrica nos Estados de Espírito Santo, Mato Grosso do Sul, Tocantins, Ceará, Santa Catarina e Rio Grande do Sul. Na produção da energia hídrica a CTG uniu-se em 2014 ao consórcio Terra Nova detido pela EDP Brasil (66,6%) e à brasileira Furnas (33,3%) para a construção da central hidroelétrica São Manoel, entre o Estado do Mato Grosso e o Estado do Pará no Rio Teles Pires.

Petróleo e o Comércio Bilateral

A admissão da China à Organização Mundial de Comércio, em Novembro de 2001, foi um dos mais importantes elementos para a mudança da inserção chinesa no comércio internacional. Na relação com o Brasil, marcou a descolagem gradual do comércio bilateral que irá culminar com a ascensão de ambos os países entre os

36 Um dos maiores projetos conjuntos é a construção de um parque eólico *offshore* de 200 megawatts na costa chinesa (Globo, 2012)

37 No final de 2012, a China Three Gorges International comprou 49% do capital social da EDP Renováveis Portugal e 25% dos suprimentos realizados a esta sociedade, por 359 milhões de euros.

principais parceiros comerciais. Em 2000, a RPC não estava incluída nos dez principais destinos das exportações brasileiras e figurava em 12.º lugar. Porém, entre 2001 e 2005, com um aumento de 3,3% para 5,8%, ascendeu de 6.º para 3.º lugar, e em 2009, representando 15,2% destronou os EUA e elevou-se a maior destino das exportações brasileiras (Acioly, *et al.*, 2011: 24).

Esse ritmo de ascensão também se espelha no fluxo do comércio bilateral, (tabela 2) que entre 2000 e 2003 cresceu de 2,1 para 6,3 bilhões USD, duplicando para 12,2 bilhões USD em 2005. Em 2009, no ano que marcava o seu 35.º aniversário do estabelecimento de relações diplomáticas, com um fluxo comercial de 36,1 bilhões USD, Pequim suplantou Washington e posicionou-se como o maior parceiro comercial e maior fonte de importação do Brasil. Em 2013, com o comércio bilateral a cifrar os 83,3 bilhões USD, excedendo em 8% o antigo pico na corrente comercial bilateral de 77,1 bilhões USD de 2011, a China foi o principal parceiro comercial do Brasil pelo quarto ano consecutivo.

Tabela 2 - Comércio bilateral China-Brasil, 2000-2013

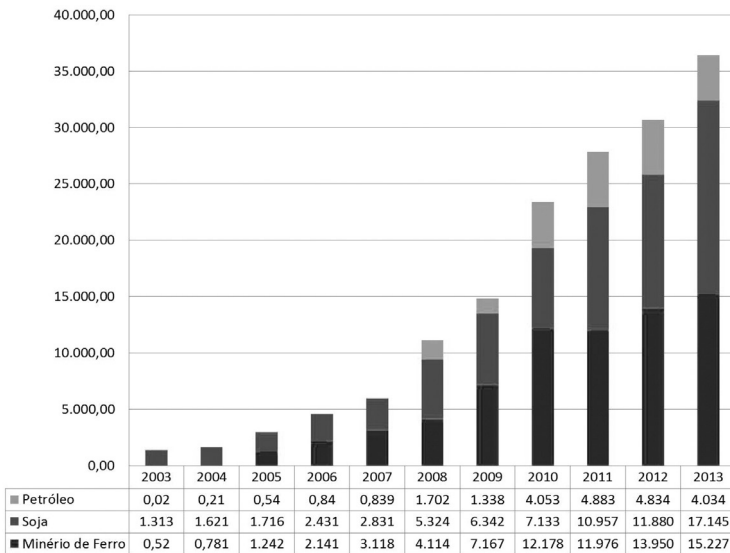
Ano	Exportações Chinesas (Bilhões USD)	Importações Chinesas (Bilhões USD)	Saldo Comercial (Bilhões USD)	Total (Bilhões USD)
2000	1,222	1,085	0,136	2,307
2001	1,328	1,902	- 0,573	3,230
2002	1,553	2,520	- 0,966	4,074
2003	2,147	4,533	- 2,385	6,681
2004	3,710	5,441	-1,730	9,151
2005	5,354	6,834	-1,480	12,189
2006	7,990	8,402	- 0,411	16,392
2007	12,621	10,748	1,872	23,370
2008	20,044	16,522	3,521	36,567
2009	15,911	21,003	- 5,092	36,915
2010	25,595	30,785	- 5,190	56,381
2011	32,790	44,314	- 11,524	77,105
2012	34,251	41, 227	- 6, 976	75,478
2013	37,302	46,026	- 8,724	83,328

Fonte: Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, MDIC-SECEX (2014).

O Brasil é também o principal parceiro comercial da China no espaço de língua portuguesa, seguido por Angola e por Portugal. Nos últimos anos, e de acordo com as estatísticas dos Serviços Aduaneiros Chineses (2013), também progrediu no *ranking* dos maiores parceiros comerciais da China, sobretudo como fonte de origem das suas importações. Do 19.º lugar em 2006, ascendeu para 15.º em 2009 e, depois de superar a Federação Russa, o Reino Unido, a Holanda e a Tailândia, posicionou-se, em 2010, no 11.º lugar. Nos anos seguintes perseguiu a mesma trajetória ascendente ingressando no grupo dos 10 maiores parceiros comerciais da China em 2011 e posicionando-se em 8.º lugar em 2012-13.

Se em 1980-90 o Brasil exportava para a China principalmente produtos manufaturados e importava essencialmente matérias-primas agrícolas, minerais e metais e seus derivados, nas décadas seguintes assistiu-se a uma mudança da pauta comercial consequente da necessidade cada vez maior de bens de consumo, do processo de urbanização e da industrialização da economia chinesa. O Brasil é, atualmente, um importador de produtos manufaturados chineses, sobretudo de máquinas elétricas e mecânicas, de produtos químicos orgânicos, construções de ferro ou aço, automóveis e plásticos, e um exportador de *commodities*, com o minério de ferro, os grãos de soja e o petróleo bruto (gráfico 1) a representarem mais de 79% no total das exportações brasileiras para a China, em 2013 (MDIC-SECEX, 2014).

Gráfico 1 - Principais Produtos Exportados para a China, 2003-2012
Milhões USD



Fonte: MDIC-SECEX (2014).

A par desta mudança na sua configuração comercial, verificou-se também uma inversão de posições, com o destinar de Pequim como uma das principais fontes de aprovisionamento do Brasil e a conquista por este país de língua portuguesa de um lugar cimeiro no *ranking* dos fornecedores de petróleo à China. A partir de 2004, o volume de petróleo brasileiro exportado aumentou gradualmente e, em 2006, era já a terceira maior mercadoria exportada para a China. Em 2009, perante a quebra internacional nos preços, Pequim ampliou as importações de petróleo brasileiro, retirando a supremacia que Washington detinha, desde 2000, como principal destino das exportações de petróleo brasileiro (ANP, 2012: 122). Esta evolução ilustra, mais uma vez, como a “crise” (*wēiji*) económica foi uma “oportunidade” para a segurança energética chinesa. Importa aludir que o aumento das vendas de petróleo do Brasil para a China, a partir de 2010, também resultou do contrato de fornecimento de petróleo vinculado ao empréstimo de 10 biliões USD concedido pelo CDB à Petrobras, em Maio de 2009, uma vez que este tinha implícito a exportação de petróleo da Petrobras para a Unipetrol Asia, uma subsidiária da Sinopec, concretamente, 150.000 barris b/d no primeiro ano e 200 mil barris b/d nos nove anos posteriores.

Tabela 3 - Exportação de Petróleo para a China, 2000-2012

Ano	Dólares USD Milhões	Toneladas (1.000)	% no total das Exportações do Brasil para a China	Lugar ocupado entre os produtos exportados para a China
2000	36,1	227.867	3,33	--
2001	39,8	227.691	2,25	8.º
2002	0	0	0	0
2003	22,2	123.997	0,49	22.º
2004	210,1	939.624	3,86	6.º
2005	541,6	1.859.420	7,93	4.º
2006	835,8	2.333.408	9,95	3.º
2007	839,8	2.185.109	7,81	3.º
2008	1.702,4	2.900.324	10,38	3.º
2009	1.338,2	3.843.263	6,63	3.º
2010	4.053,4	8.294.694	13,17	3.º
2011	4.883,7	7.115.471	11,02	3.º
2012	4.834,7	6.511.207	11,73	3.º
2013	4.034,5	5.976.294	8,77	3.º

Fonte: MDIC/SECEX (2014).

Atualmente, apesar da pequena quebra nas exportações, o petróleo continua a ser a terceira maior mercadoria, representando 8,77% no total das exportações brasileiras para o parceiro asiático, sendo a sua segunda maior fonte de aprovisionamento entre os países de língua portuguesa, depois de Angola, e entre os países da América Latina, depois da Venezuela. Embora represente apenas 2% no total das importações de petróleo (EIA, 2014), pelo projetado aumento de produção e desenvolvimento da capacidade de refinação e extração da Petrobras, nomeadamente de petróleo pesado através da construção da refinaria Abreu e Lima em Pernambuco³⁸, o Brasil poderá tornar-se num dos principais fornecedores de Pequim.

Considerações Finais

Dezanove anos depois de ter sido categorizada como uma parceria estratégica, a relação sino-brasileira foi elevada ao nível de Parceria Estratégica Global, expressando a profundidade do relacionamento e a ampla variedade de assuntos em que os dois países apresentam convergência de interesses. Ainda que esta parceria não se encontre apenas concentrada no setor energético e englobe a colaboração em outras áreas de grande sucesso como é a tecnologia espacial, é um elemento de interesse comum na cooperação sul-sul, envolvendo dois parceiros estratégicos com matrizes energéticas, padrões de produção e consumo diferentes mas que se complementam. De um lado, temos o maior poluidor e consumidor de energia do mundo e, do outro, um dos países com a matriz mais limpa e com uma grande capacidade de se tornar um dos maiores produtores de hidrocarbonetos a nível mundial.

Entre os países de língua portuguesa e da América Latina, o Brasil é o segundo maior fornecedor de petróleo à China. Pelo sucesso da exploração *offshore* e produção em águas profundas, tem conseguido vir a ampliar as suas reservas de petróleo, projetando-se que progrida na sua posição entre os maiores produtores mundiais, patenteando-se ainda como um futuro importante *player* no abastecimento energético da RPC. Todavia, é fundamental, atendendo a esta perspetiva energética futura a manutenção de elevados níveis de investimento, com a necessidade de uma média de 90 biliões USD por ano. É neste desafio que a complementaridade sino-brasileira é mais óbvia: o Brasil tem os recursos de combustíveis fósseis que a

38 A Petrobras e a estatal petrolífera da Venezuela, PDVSA acordaram, em Setembro de 2009, a construção da refinaria Abreu e Lima que irá dispor de uma capacidade de processamento de 230 mil barris por dia. A refinaria está a ser construída pela Petrobras (60%) e pela PDVSA (40%), está avaliada em 14 biliões USD, estando prevista a sua entrada em funcionamento em 2014. O apoio da China a esta refinaria fez-se através do CDB que, em 5 de Dezembro 2011, concedeu uma linha de crédito de 1,5 biliões USD para financiar a participação de 40% da PDVSA (Reuters, 2011). Além desta refinaria está a ser construído o complexo petroquímico do Rio de Janeiro (Comperj), onde serão produzidos, numa mesma área industrial, derivados de petróleo e produtos petroquímicos de primeira e segunda geração.

China não possui, enquanto a China dispõe dos meios financeiros para contribuir para o seu desenvolvimento.

Até recentemente, o Brasil representava o maior destino dos investimentos chineses em energia, concentrados em três setores: o dos hidrocarbonetos, em primeiro lugar, com vários acordos e negócios a serem materializados ao longo de 2010 a 2013, em segundo lugar, o de transmissão de energia, que beneficia com aquisições consideráveis através da State Grid Corporation of China (SGCC) e, em terceiro lugar, o do potencial e atraente mercado das energias renováveis. Este mercado tem sido impulsionado com a cooperação governamental e empresarial sobretudo na energia eólica e solar, mas poderá ser igualmente ampliado à energia nuclear, uma vez que, Pequim está a desenvolver o maior programa do mundo e Brasília possui as sextas maiores reservas de urânio e tecnologia de enriquecimento e deseja ampliar a sua capacidade de produção.

A sua posição brasileira no Atlântico é coadjuvada com outro importante parceiro estratégico a nível da energia para Pequim, Angola. Daí que se vislumbre com grande interesse para o gigante asiático a ampliação do Canal de Panamá, que possibilitará a passagem entre o Atlântico e o Pacífico de navios muito maiores e com maior capacidade – os *Pospanamax* –, e a construção do futuro canal da Nicarágua, que representará uma alternativa de transporte mais curta que a rota atual do Cabo da Boa Esperança e diminuirá os custos e riscos de transporte da América Latina para a China.

Referências

- Acioly, L., Pinto, E. C. e Cintra, M. A. M. (2011). *As Relações Bilaterais Brasil-China: a Ascensão da China no Sistema Mundial e os Desafios para o Brasil*. Brasília: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada.
- Agência Brasil (2009). “China e Brasil condenarão medidas protecionistas de países ricos em reunião do G20”, *Globo*. Disponível em <http://oglobo.globo.com/economia/china-brasil-condenarao-medidas-protecionistas-de-paises-ricos-em-reuniao-do-g20-3129933>,
- ANP (2012). *Anuário Estatístico Brasileiro do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis – 2012*. Rio de Janeiro: Ministério de Minas e Energia.
- Becard, D. S. R. (2008). *O Brasil e a República Popular da China: política externa comparada relações bilaterais (1974-2004)*. Fundação Alexandre de Gusmão (ed). Porto Alegre: Núcleo de Estratégia e Relações Internacionais.
- Becard, D. S. R. (2011). “O que esperar nas Relações Brasil-China?”. *Revista de Sociologia Política*, vol. 19, pp. 31-44.
- Bergsten, C. F., Freeman, C. & Lardy, N. (2008). *China's Rise: Challenges and Opportunities*. Washington DC: Peterson Institute for International Economics.

- BP (2013). *BP Statistical Review of World Energy*. London.
- CEBC (2011). *Investimentos Chineses no Brasil. Uma Nova Fase na Relação*. Rio de Janeiro: Conselho Empresarial Brasil-China.
- CEBC (2013). *Principais Parceiros Comerciais*. Disponível em <http://www.cebc.org.br/pt-br/dados-e-estatisticas/chinacomercio-exterior/principais-parceiros-comerciais?y=2012>.
- China Securities (2011). *Crescimento em grande escala de exploração e desenvolvimento de gás de xisto e desenvolvimento de recursos de gás não convencionais*. Disponível em <http://news.cnstock.com/ttyw/201111/1674616.htm>.
- China.org.cn (2010). "State Grid to buy Brazilian power giants", *Global Times*. Disponível em http://www.china.org.cn/business/2010-08/27/content_20805031.htm.
- Chinese Government (2013). "White Papers", *Chinese Government's Official Web Portal Official Publications*. Disponível em http://english.gov.cn/official/2005-08/17/content_24165.htm.
- EDP (2011). "EDP e China Three Gorges estabelecem parceria estratégica", *Informação Privilegiada*, Lisboa, 22 de Dezembro de 2011. Disponível em http://www.edp.pt/pt/investidores/informacaoprivilegiada/2011/informao%20privilegiada/projecto%20industrial%20ctg_po.pdf.
- EIA (2012). "Country Analysis Brief: China". *U. S. Energy Information Administration*. Disponível em <http://www.eia.gov/countries/cab.cfm?fips=CH>.
- EIA (2014). "Country Analysis Brief: China". *U. S. Energy Information Administration*. Disponível em <http://www.eia.gov/countries/cab.cfm?fips=CH>.
- Fujita, E. S. (2003). "O Brasil e a China: uma parceria estratégica modelar". *Politica Externa*, vol. 11, 4, pp. 59-70.
- Globo (2012). "Furnas negocia parceria com chinesa Three Gorges", *Globo, Época Negócios*, 19/10/2012. Disponível em <http://epocanegocios.globo.com/Informacao/Dilemas/noticia/2012/06/furnas-negocia-parceria-com-chinesa-three-gorges.html>.
- Governo Federal do Brasil (2013). "Petrobras lidera consórcio e vence leilão de Libra. *Portal Brasil*. Disponível em <http://www.brasil.gov.br/economia-e-emprego/2013/10/definido-vencedor-do-leilao-de-libra>.
- Macauhub (2012). "Sinochem Corp da China adquiriu participações em blocos petrolíferos no Brasil", *Macauhub*. Disponível em <http://www.macauhub.com.mo/pt/2012/01/09/sinochem-corp-da-china-adquiriu-participacoes-em-blocos-petroliferos-no-brasil>.
- MDIC-SECEX (2014). "Estatísticas do Comércio Exterior - Janeiro/Dezembro 2013", *Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior do Brasil* [online]. Disponível em <http://www.desenvolvimento.gov.br/sitio/interna/interna.php?area=5&menu=3385&refr=576>.
- Medeiros, E. S. (2009). *China's International Behavior: Activism, Opportunism and Diversification*. Santa Monica: RAND Corporation.

- Ministério das Relações Exteriores do Brasil (1979). “Convênio sobre transportes Marítimos entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Popular da China”. Disponível em http://daimre.serpro.gov.br/atosinternacionais/bilaterais/1979/b_38.
- Ministério das Relações Exteriores do Brasil (2004). “Memorando de Entendimento entre a República Federativa do Brasil e a República Popular da China sobre o Estabelecimento da Comissão Sino-brasileira de Alto Nível de Concertação e Cooperação”. Disponível em http://daimre.serpro.gov.br/atosinternacionais/bilaterais/2004/b_3.
- Ministério das Relações Exteriores do Brasil (2009). “Vice-President of the People’s Republic of China, Xi Jinping, to visit Brazil - Brasília and Manaus, February 18 to 20, 2009”, *Ministério das Relações Exteriores*, Nota n.º 67, 18/02/2009. Disponível em <http://www.itamaraty.gov.br/sala-de-imprensa/notas-a-imprensa/2009/02/18/vice-president-of-the-peoples-republic-of-china-xi/>
- Ministério das Relações Exteriores do Brasil (2010). “Plano de Ação Conjunta entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Popular da China 2010-2014”, *Ministério das Relações Exteriores* Nota n.º 205, 15/04/2010. Disponível em <http://daimre.serpro.gov.br/atosinternacionais/bilaterais/2010/plano-de-acao-conjunta-entre-o-governo-da-republicafederativa-do-brasil-e-o-governo-da-republica-popular-da-china-2010-201>.
- Ministério de Minas e Energia do Brasil (2011). *Plano Decenal de Expansão de Energia 2020*. Brasília: MME/EPE.
- Ministério dos Negócios Estrangeiros da República Popular da China (2010). *China e Brasil, Parceria Estratégica de Longo Prazo, Estável e Mutuamente Benéfica*. Disponível em http://www.fmprc.gov.cn/mfa_chn/ziliao_611306/wjs_611318/2159_611322/t8996.sh,
- Ministry of Foreign Affairs of the People’s Republic of China (2012). Premier Wen Jiabao Holds Talks with Brazilian President Dilma Rousseff. Disponível em <http://www.fmprc.gov.cn/eng/wjw/zsjg/lmzs/gjlb/3473/3475/t945181.shtml>.
- MOFCOM (2011). *Waishang Touzi Chanye Zhidao Mulu (2011 revision)*. Disponível em <http://www.ndrc.gov.cn/zcfb/zcfbl/2011ling/W020111229379511927834.pdf>,
- National People’s Congress of China (2011). *Esboço do 10 ° Plano Quinquenal de Desenvolvimento Econômico e Social Nacional* Disponível em <http://www.people.com.cn/GB/shi-zheng/16/20010318/419582.html>.
- Oil & Gas Journal Latinoamericana (2011). “Plano de Negócios da Petrobras prioriza pré-sal”, *Oil & Gas Journal Latinoamericana*, Ano 17, n.º 3, pp. 40-42.
- Petrobras (2012). “Nossa História. Viaje no tempo e conheça a Petrobras”, *Petrobras*. Disponível em <http://www.petrobras.com.br/pt/quem-somos/nossa-historia/>.
- Petrobras (2013). “Seminário do PSDB: esclarecimento à imprensa”. *Petrobras* Disponível em <http://fatosdados.blogspot.com.br/2013/03/13/seminario-do-psdb-esclarecimento-a-imprensa/>.
- Portal Brasil do Governo Brasileiro (2010). “Novas reservas”, *Portal Brasil* Disponível em <http://www.brasil.gov.br/sobre/economia/energia/pre-sal>.

- RENAI (2012). *Anúncio dos Investimentos Chineses no Brasil 2003-2011*. São Paulo: Rede Nacional de Informações sobre Investimentos.
- Repsol Sinopec Brasil (2013). "Upstream", *Repsol Sinopec Brasil*. Disponível em <http://www.repsolsinopec.com.br/web/10157/77>.
- Reuters (2011). "PDVSA gets \$1.5 bln China loan for refinery – paper. *Reuters*, December 4, Disponível em <http://www.reuters.com/article/2011/12/04/brazil-venezuela-pdvsa-idUSN1E7B303W20111204>.
- Simas, D. A. (2011). *Relações bilaterais entre o Brasil e República Popular da China - seus antecedentes e o período do governo Geisel*. São Paulo: Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH.
- Sinochem Group (2011). "Sinochem Petróleo Brasil Limitada", *Sinochem Group*. Disponível em <http://www.sinochem.com/g858/s1803/t4346.aspx>.
- Sinopec do Brasil Ltda (2008). "Novos Acordos de Cooperação para SINOPEC Brasil", *Sinopecbrasil.com.br*. Disponível em <http://www.sinopecbrasil.com.br/pt/detalhesnoticia.php?id=43>.
- State Grid (2012). "China State Grid quer investir US\$ 5 bilhões no Brasil até 2015", *State Grid Brazil Holding S. A*. Disponível em <http://www.stategridbr.com/highlights/investment-2015.html>.
- Statoil (2010). "Sinochem to become 40% partner of Statoil in Peregrino oil field in Brazil", *Statoil*. Disponível em <http://www.statoil.com/en/NewsAndMedia/News/2010/Pages/12MayPeregrino.aspx>.
- Statoil (2012). "About Peregrino", *Statoil* Disponível em <http://www.statoil.com/en/About/Worldwide/Brazil/ExplorationPortfolio/Pages/Peregrino.aspx>.
- Su Hao (2009). "Harmonious World: The Conceived International Order in Framework of China's Foreign Affairs", em Mazafumi Iida (ed.), *China's Shift: Global Strategy. Global Strategy of the Rising Power*. Tokyo: National Institute for Defense Studies, pp. 29-55.
- Suisheng Zhao (2004). *Chinese Foreign Policy: Pragmatism and Strategic Behavior*. Armonck: M.E. Sharpe.
- Xie, Xina e Economides, Michael J. (2010). "Chinas Oil Imports Continued Their Gallop in 2009". *The Maritime Executive*
- Xinhua (2014). "China's Xinjiang sizzles with green energy". *English.news.cn* Disponível em http://news.xinhuanet.com/english/china/201402/02/c_133089893.htm.
- Yi-Chong, X. (2006). "China's Energy Security". *Australian Journal of International Affairs*, vol. 60, n.º 2, pp. 265-286.